

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>			
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	43.224.000,23	44.195.677,46	61.293.755,66	51.280.568,36	49.160.602,83	47.661.172,00	45.140.871,26	89.803.072,08	45.065.747,19	45.149.364,05	45.117.192,78	44.284.046,87	611.376.070,77	0,00	
Pessoal Ativo	34.823.301,98	35.829.240,39	52.773.682,66	42.763.114,65	40.280.994,44	39.058.963,51	36.582.846,49	74.157.878,61	36.345.905,19	36.540.188,94	36.423.591,44	35.611.883,72	501.191.592,02	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	29.635.209,77	30.531.021,53	47.511.691,82	37.014.231,10	34.523.812,48	33.384.026,60	30.919.480,87	63.231.275,39	30.779.174,17	30.962.248,71	30.848.368,42	30.037.286,48	429.377.827,34	0,00	
Obrigações Patronais	5.188.092,21	5.298.218,86	5.261.990,84	5.748.883,55	5.757.181,96	5.674.936,91	5.663.365,62	10.926.603,22	5.566.731,02	5.577.940,23	5.575.223,02	5.574.597,24	71.813.764,68	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.400.698,25	8.366.437,07	8.520.073,00	8.517.453,71	8.879.608,39	8.602.208,49	8.558.024,77	15.645.193,47	8.719.842,00	8.609.175,11	8.693.601,34	8.672.163,15	110.184.478,75	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.596.786,61	7.583.499,92	7.718.713,05	7.656.355,99	8.000.023,24	7.747.283,75	7.697.357,76	14.057.264,85	7.798.606,96	7.650.277,47	7.743.817,75	7.704.224,58	98.954.211,93	0,00	
Pensões	803.911,64	782.937,15	801.359,95	861.097,72	879.585,15	854.924,74	860.667,01	1.587.928,62	921.235,04	958.897,64	949.783,59	967.938,57	11.230.266,82	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.336.751,24	2.910.395,08	19.452.266,87	8.463.779,81	5.054.662,01	2.029.097,37	1.861.018,77	3.705.412,14	2.558.847,84	1.994.307,87	3.502.494,40	2.495.172,86	57.364.206,26	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	863.677,21	429.661,79	12.654,49	436.424,23	431.897,95	680.126,28	4.078,20	342.298,70	925.894,20	655.078,20	1.905.997,93	1.046.108,71	7.733.897,89	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	16.311,16	61.560,82	17.823.015,43	5.523.108,51	2.948.974,69	73.451,01	291.394,42	469.158,65	0,00	17.362,56	14.086,85	231.339,93	27.469.764,03	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	15.944,80	23.448,12	14.320,62	0,00	0,00	757.949,03	307,97	3.062,15	39.184,01	4.126,72	858.343,42	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.456.762,87	2.419.172,47	1.600.652,15	2.480.798,95	1.659.468,75	1.275.520,08	1.565.546,15	2.136.005,76	1.632.645,67	1.318.804,96	1.543.225,61	1.213.597,50	21.302.200,92	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39.887.248,99	41.285.282,38	41.841.488,79	42.816.788,55	44.105.940,82	45.632.074,63	43.279.852,49	86.097.659,94	42.506.899,35	43.155.056,18	41.614.698,38	41.788.874,01	554.011.864,51	0,00	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	988.322.487,14	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	2.608.544,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	3.687.264,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	982.026.679,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	554.011.864,51	56,42
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	530.294.406,74	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	503.779.686,40	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	477.264.966,07	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
	<p>Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 1º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 29 de maio de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 29 de maio a 30 de julho de 2023, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico https://www.cabo.pe.gov.br, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.</p> <p>NOTAS EXPLICATIVAS</p> <p>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA "A"</p> <p>1.Fundamentação Este demonstrativo foi elaborado em conformidade com as disposições da 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.</p> <p>2.Conteúdo do Demonstrativo Este demonstrativo contém os valores da despesa com pessoal do Poder Executivo realizada nos últimos 12 (doze) meses, com informações sobre a despesa bruta com pessoal, dividida em "Pessoal Ativo", "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização", as despesas não computadas para fins de verificação do limite, a despesa total com pessoal, o percentual da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), e os limites máximo, prudencial e de alerta estabelecidos conforme a legislação.</p> <p>As informações de pessoal foram consideradas pelo valor total do grupo de natureza de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, abrangendo as despesas com Ativos, Inativos, Pensionistas. Não houve execução de despesas que se enquadram no conceito do artigo 18 da LRF, em elementos do grupo de natureza da despesa 3 – Outras Despesas Correntes, isto é, toda despesa que compreenda despesa de pessoal foi executada no grupo de natureza de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais.</p> <p>3.Objetivo do Demonstrativo O Demonstrativo visa à transparência da despesa com pessoal dos órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira do Poder Executivo, conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.</p> <p>4.Obtenção da Despesa Bruta com Pessoal do Poder Executivo: Obtêm-se os valores da despesa com pessoal, consultando as despesas executadas do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, evidenciadas no Demonstrativo da despesa realizada, segundo a sua natureza, grupo de despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, do Poder Executivo Municipal, relativo ao movimento mensal dos últimos doze meses.</p> <p>Elabora-se a informação segregando as despesas de Pessoal em: Ativos, Inativos e Pensionistas e Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.</p> <p>Para os valores do Pessoal Ativo, usa-se o Grupo de Despesas 1 – Pessoal e Encargos Sociais, excluindo-se os elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões;</p> <p>Para identificar os Inativos e Pensionistas, usa-se o Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, considerando apenas os elementos de despesa 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões;</p> <p>Não há registros para Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, no Grupos de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, especificamente o elemento de despesas 34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º).</p> <p>5.Obtenção das Despesas Não Computadas: Obtêm-se os valores das despesas não computadas nas despesas de pessoal, consultando as despesas executadas do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, evidenciadas no Demonstrativo da despesa realizada, segundo a sua natureza, conforme critério definido no item 2, porém observando especificamente os elementos de despesa a seguir:</p> <p>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária: Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, no elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;</p> <p>Decorrentes de Decisão Judicial: Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, no elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores:</p>

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 1º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores 30/04/2023
<p>Notas Explicativas</p>	<p>Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, no elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores;</p> <p>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados: Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais executadas nos elementos de despesas 01 – Aposentadorias e Reformas e 03 – Pensões, excluindo-se os Aportes para Cobertura de Insuficiências Financeiras.</p> <p>Assim, por força de lei, o RPPS do Município possui segregação de massa, cujo Cabo Prev (Fundo Financeiro) apresenta déficit financeiro, ou seja, quando as receitas arrecadadas pelo RPPS não são suficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas em cada exercício, o tesouro municipal deve arcar com o valor necessário para que o RPPS alcance o equilíbrio financeiro.</p> <p>Desta forma, para obtenção da Despesa com Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF), apresentamos abaixo a memória de cálculo a seguir:</p> <p>MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS</p> <p>Despesa com Aposentadorias e Reformas: R\$ 98.954.211,93 Despesa com Pensões: R\$ 11.230.266,82 TOTAL DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS (a): R\$ 110.184.478,75 (-) Transf. de recursos para cobertura de déficit ou insuficiência financeira (b): R\$ 86.442.604,87 TOTAL DA DESPESA COM INATIVOS E PENSIONISTAS COM RECURSOS VINCULADOS (c) = (a-b): R\$ 22.695.210,92</p> <p>Destaca-se que o gasto do Município com Aposentadorias foi R\$ 99.336.242,80, sendo R\$ 98.954.211,93 do Poder Executivo e R\$ 382.030,87 do Poder Legislativo. Não houve despesas com Pensionistas originário do Poder Legislativo. Assim, na elaboração deste demonstrativo, só foram consideradas as despesas correspondentes as Aposentadorias do Poder Executivo no valor R\$ 98.954.211,93.</p> <p>Quanto as transferências para cobertura do déficit financeiro de Inativos e Pensionistas, o valor R\$ 88.882.277,83, corresponde ao déficit do Poder Executivo, visto que não há déficit para as Aposentadorias e Pensões do Poder Legislativo. Portanto, apenas o valor de R\$ 21.302.200,92 correspondente aos Inativos e Pensionistas, foi considerado para Despesas Não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF).</p> <p>Resalta-se que o art. 9º da Emenda Constitucional – EC nº 103 de 2019 definiu que o rol de benefícios dos RPPS fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte e que os afastamentos por incapacidade temporária e o salário maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo. Assim sendo, no período deste relatório, o Cabo Prev não pagou despesas relativo a Outros Benefícios Previdenciários, e após a vigência da referida Emenda Constitucional, o município arcou com pagamento dos Benefícios Previdenciários.</p> <p>Destaca-se também, que foram consideradas, como dedução, as despesas indenizatórias decorrentes de conversão de licenças-prêmio em pecúnia, nos termos dos Acórdãos TCE-PE nº 355/2018, 42/2020 e 279/2022. Assim, as licenças-prêmio não gozadas de servidores atualmente aposentados, cujo direito de receber em pecúnia foi reconhecido pela Administração Municipal, foram deduzidas na apuração da Despesa Total com Pessoal tratada no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, por se tratar de despesa indenizatória.</p> <p>Os valores pagos no decorrer do exercício a título de terço constitucional de férias usufruídas (abono de férias) e abono de permanência, foram considerados na apuração da Despesa Total com Pessoal, em observância ao Acórdão TCE-PE 279/2022.</p> <p>6.Obtenção da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL Ajustada): A emenda constitucional nº 86, de 2015, determinou a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, apenas para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal, dos valores transferidos pela União referentes às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.</p> <p>Assim, foi retirado da receita corrente líquida do período o valor de R\$ 2.608.544,00 (dois milhões, seiscentos e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais), correspondente as emendas parlamentares individuais abaixo relacionadas:</p> <p>Emenda Parlamentar: 202227180003 Autor: Augusto Coutinho Valor: R\$ 108.544,00. Destinação: Estruturação da Rede de serviços dos SUAS - Custeio.</p> <p>Emenda Parlamentar: 31870001 Autor: Felipe Carreiras Valor: R\$ 1.500.000,00. Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial.</p> <p>Emenda Parlamentar: 33870001 Autor: Wolney Queiroz Valor: R\$ 1.000.000,00. Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial.</p> <p>No mesmo sentido, a emenda constitucional nº 100, de 2019, estabeleceu a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal, dos valores transferidos pela União referentes às emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária. A identificação de que se trata de transferências oriundas de emendas de bancada obrigatórias é feita por meio de controle gerencial para a verificação do cumprimento do limite da despesa com pessoal.</p> <p>A Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, acrescentou os §§ 7º a 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União na política remuneratória dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE).</p> <p>Desta forma, os registros decorrentes de emendas de bancadas e as remunerações dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agente de combate às endemias (ACE), são evidenciados na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11 (VI))". No período de apuração deste demonstrativo, não houve repasses para este município, oriundo de emendas de bancadas. Quanto as remunerações dos ACS e ACE, o valor registrado foi R\$ 3.687.264,00.</p> <p>Assim, a receita corrente líquida foi ajustada conforme memória de cálculo apresentada a seguir:</p>



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 1º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
	Valor da RCL apurada nos 12 meses (a): R\$ 988.322.487,14 Valor das emendas individuais (b): R\$ 2.608.544,00 Valor das emendas de bancada remuneração dos ACS e ACE (c): R\$ 3.687.264,00 Valor da RCL ajustada (d)=(a-b-c): R\$ 982.026.679,14
	7.Obtenção do Resultado da Despesas Com Pessoal (DP): Os dados deste demonstrativo, apresenta a Despesa Bruta Com Pessoal de R\$ 611.376.070,77, enquanto as despesas para efeito de Deduções Legais (§ 1º do art. 19 da LRF) de R\$ 57.364.206,26. Utilizando a equação da Despesa com Pessoal (Despesa Bruta – Deduções Legais = Despesa Com Pessoal), ao final do quadrimestre, o Anexo 01 do RGF do município apresentou o comprometimento da Receita Corrente Líquida (Ajustada) com Despesas de Pessoal de R\$ 554.011.864,51, que representa 56,42%.
	É a metodologia de elaboração dos demonstrativos que compõem a despesa com pessoal, conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.
	Cabo de Santo Agostinho, 29 de maio de 2023.
	OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA Contador CRC-PE Nº 022550/O-6

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2023****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2023****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	67.552.607,52	108.205.423,82	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	66.567.280,81	107.379.395,81	0,00	0,00
Empréstimos	47.500.000,00	88.200.000,00	0,00	0,00
Internos	47.500.000,00	88.200.000,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	19.067.280,81	19.179.395,81	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	15.572.884,90	16.049.257,59	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	387.962,90	306.286,50	0,00	0,00
Do FGTS	461.120,48	449.576,52	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	2.645.312,53	2.374.275,20	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	985.326,71	826.028,01	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	35.700.138,11	66.686.466,98	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	35.700.138,11	66.686.466,98	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.347.597,58	87.136.704,03	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	12.382.876,28	4.522.523,41	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.264.583,19	15.927.713,64	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	31.852.469,41	41.518.956,84	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	974.132.862,16	988.322.487,14	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.608.544,00	2.608.544,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	971.524.318,16	985.713.943,14	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6,95	10,98	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	3,28	4,21	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.165.829.181,79	1.182.856.731,77	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.049.246.263,61	1.064.571.058,59	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	386.421.698,94	386.421.698,94	0,00	0,00
RP Não-Processados	1.148.474,31	364.033,78	0,00	364.033,78
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 1º quadrimestre

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores 30/04/2023
<p>Notas Explicativas</p> <p>Notas Explicativas</p>	<p>-</p> <p>Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 1º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 29 de maio de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 29 de maio a 30 de julho de 2023, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico https://www.cabo.pe.gov.br, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.</p> <p>NOTAS EXPLICATIVAS</p> <p>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF</p> <p>1.Fundamentação Este demonstrativo foi elaborado em conformidade com as disposições da 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, o qual compreende os relatórios e anexos referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e nos arts. 48, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que deverão ser elaborados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.</p> <p>2.Conteúdo do Demonstrativo Este demonstrativo contém informações sobre a Dívida Consolidada do Município (detalhada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas), as Deduções (detalhadas em Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros), a Dívida Consolidada Líquida e o percentual apurado com base na Receita Corrente Líquida (ajustada). Para fins de transparência, o valor da Dívida Contratual informada foi detalhado com os valores de Empréstimos, da Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios, de Financiamentos, de Parcelamento e Renegociação de dívidas e de Outras Dívidas Contratuais. São evidenciados os valores do saldo do exercício anterior, e do saldo do exercício de referência por quadrimestre. Ressalta-se também que os valores informados neste demonstrativo são idênticos aos informados no Cadastro da Dívida Pública (CDP), que trata do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, previsto no § 4º do art. 32 da LRF.</p> <p>3.Objetivo do Demonstrativo O Demonstrativo visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo Município e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes.</p> <p>4. Dívida Consolidada: Conforme estabelece a LRF, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Município, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.</p> <p>5. Dívida Consolidada Líquida: A LRF remete ao Senado Federal, a quem a Constituição Federal delegou expressamente tal competência, a fixação dos limites da dívida consolidada, acrescentando que tais limites poderiam ser estabelecidos em termos de dívida líquida. A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.</p> <p>6.Obtenção da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL Ajustada): A emenda constitucional nº 105, de 2019, determinou a exclusão na base de cálculo da receita corrente líquida, para fins de aplicação dos limites de endividamento, dos valores transferidos pela União referentes às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.</p> <p>Assim, foi retirado da receita corrente líquida do período o valor de R\$ 2.608.544,00 (dois milhões, seiscentos e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), correspondente as emendas parlamentares individuais abaixo relacionadas:</p> <p>Emenda Parlamentar: 202227180003 Autor: Augusto Coutinho Valor: R\$ 108.544,00. Destinação: Estruturação da Rede de serviços dos SUAS - Custeio.</p> <p>Emenda Parlamentar: 31870001 Autor: Felipe Carreras Valor: R\$ 1.500.000,00. Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar ambulatorial.</p> <p>Emenda Parlamentar: 33870001 Autor: Wolney Queiroz Valor: R\$ 1.000.000,00. Destinação: Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar ambulatorial.</p> <p>Desta forma, a receita corrente líquida foi ajustada conforme memória de cálculo apresentada a seguir:</p> <p>Valor da RCL apurada nos 12 meses (a): R\$ 988.011.864,51 Valor das emendas individuais (b): R\$ 2.608.544,00 Valor da RCL ajustada (c)=(a-b): R\$ 985.713.973,14</p> <p>É a metodologia de elaboração dos demonstrativos que compõem a Dívida Consolidada Líquida, conforme a 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.</p> <p>Cabo de Santo Agostinho, 29 de maio de 2023.</p> <p>OSMAN BRUNO RODRIGUES FERREIRA Contador CRC-PE Nº 022550/O-6</p>

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida											
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i-a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valores Percentuais												

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2023****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	974.132.862,16	988.322.487,14	0,00	0,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	2.608.544,00	2.608.544,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	971.524.318,16	985.713.943,14	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	311.722.515,89	316.263.195,88	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	280.550.264,30	284.636.876,29	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 1º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 29 de maio de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 29 de maio a 30 de julho de 2023, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico https://www.cabo.pe.gov.br , de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	40.700.000,00	40.700.000,00
Interna	40.700.000,00	40.700.000,00
Empréstimos	40.700.000,00	40.700.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	40.700.000,00	40.700.000,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	988.322.487,14	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	2.608.544,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	985.713.943,14	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	40.700.000,00	4,13
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	157.714.230,90	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	141.942.807,81	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	68.999.976,02	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 1º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 29 de maio de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 29 de maio a 30 de julho de 2023, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 1º quadrimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	endereço eletrônico https://www.cabo.pe.gov.br , de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	988.322.487,14
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	985.713.943,14
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	982.026.679,14

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	554.011.864,51	56,42
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	530.294.406,74	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	503.779.686,40	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	477.264.966,07	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	41.518.956,84	4,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.182.856.731,77	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	316.263.195,88	32,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	40.700.000,00	4,13
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	157.714.230,90	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	68.999.976,02	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Este Relatório de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao 1º quadrimestre, do Poder Executivo do Cabo de Santo Agostinho, concernente ao exercício de 2023, foi publicado em 29 de maio de 2023, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho – PE. Período de publicação 29 de maio a 30 de julho de 2023, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico https://www.cabo.pe.gov.br , de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco. O mesmo Relatório também foi remetido à Câmara Municipal de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

siconfi

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Cabo de Santo Agostinho - PE (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 1º quadrimestre

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.